

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPETRO AUTISTA (TEA)

Adly Gaby¹

Fernando Borges Gonçalves²

Mário Luiz Assis³

Sandra Maria de Jesus Freitas⁴

Revista O Universo Observável

DOI: 10.5281/zenodo.16943270

ISSN: 2966-0599

¹Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso.

E-mail: Gabyadly@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/09514626720331754>

²Graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas. Atualmente está como professor na Em Jose Guilherme Farinon.

E-mail: borgesfernando860@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6884041964655635>

³Graduado em Letras-Português pela Universidade do Estado do Mato Grosso. Atualmente está como professor de Português em prefeitura.

E-mail: mariojaurucx@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8823778731731683>

⁴Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso.

E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7085555664514443>





v.2, n.8, 2025 - Agosto

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPETRO AUTISTA (TEA)

Adly Gaby, Fernando Borges Gonçalves, Mário Luiz Assis e
Sandra Maria de Jesus Freitas



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância da formação de professores no desenvolvimento social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo que essa condição do neurodesenvolvimento impõe desafios significativos à comunicação, interação social e participação plena no ambiente escolar. Tem como objetivo analisar de que forma a capacitação docente, aliada a práticas pedagógicas inclusivas e ao apoio multidisciplinar, contribui para ampliar as oportunidades de interação e promover a inclusão efetiva. A pesquisa, de natureza bibliográfica, fundamentou-se em autores como American Psychiatric Association (2014), Klin (2006), Bosa (2002), Glat e Pletsch (2011) e Mantoan (2015), além de documentos legais e políticas públicas como a Lei nº 12.764/2012, o Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O desenvolvimento do estudo foi estruturado em quatro eixos: a caracterização do TEA e seus impactos no desenvolvimento social; a formação de professores para a inclusão, abrangendo formação inicial e continuada, bem como desafios e diretrizes legais; a análise de práticas pedagógicas inclusivas, como mediação social, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas; e, por fim, o papel do apoio multidisciplinar e da parceria escola-família na construção de um processo educacional coerente e colaborativo. Os resultados indicam que a formação docente consistente, articulada com recursos pedagógicos adequados e suporte institucional, potencializa o desenvolvimento socioemocional e acadêmico de crianças com TEA, reduz barreiras comunicacionais e estimula a participação ativa desses estudantes na comunidade escolar. Conclui-se que investir em formação inicial e continuada, alinhada às políticas públicas e acompanhada de condições estruturais adequadas, é essencial para transformar a inclusão de crianças com TEA em prática efetiva, promovendo não apenas a aprendizagem, mas também a autonomia, a socialização e a plena cidadania.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Formação de Professores; Educação Inclusiva;

ABSTRACT

This study discusses the relevance of teacher training in the social development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), acknowledging that this neurodevelopmental condition presents significant challenges to communication, social interaction, and full participation in the school environment. The objective is to analyze how teacher training, when combined with inclusive pedagogical practices and multidisciplinary support, contributes to expanding opportunities for interaction and fostering effective inclusion. This bibliographic research was grounded in the works of authors such as the American Psychiatric Association (2014), Klin (2006), Bosa (2002), Glat and Pletsch (2011), and Mantoan (2015), in addition to legal frameworks and public policies such as Law No. 12.764/2012, the National Education Plan, and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education. The study was structured into four axes: the characterization of ASD and its impacts on social development; teacher training for inclusion, encompassing initial and continuing education, as well as challenges and legal guidelines; the analysis of inclusive pedagogical practices, such as social mediation, curricular adaptations, and the use of assistive technologies; and finally, the role of multidisciplinary support and the school-family partnership in building a coherent and collaborative educational process. The findings indicate that consistent teacher training, combined with adequate pedagogical resources and institutional support, enhances the socioemotional and academic development of children with ASD, reduces communication barriers, and encourages the active participation of these students in the school community. It is concluded that investing in initial and continuing training, aligned with public policies and supported by appropriate structural conditions, is essential to transform the inclusion of children with ASD into an effective practice, promoting not only learning but also autonomy, socialization, and full citizenship.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Teacher Training; Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

A introdução deste trabalho parte do reconhecimento de que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios significativos na comunicação, interação social e padrões comportamentais, os quais, segundo a American Psychiatric Association (2014) e Klin (2006), afetam diretamente a construção de vínculos e a participação em contextos sociais e educacionais.

Nesse sentido, a formação de professores para atuar com crianças com TEA torna-se elemento central para a promoção de práticas inclusivas efetivas, capazes de assegurar o direito à educação e o desenvolvimento integral desse público. Autores como Glat e Pletsch (2011) e Mantoan (2015) destacam que a preparação docente, tanto inicial quanto continuada, deve contemplar fundamentos teóricos, estratégias pedagógicas diferenciadas e condições

estruturais adequadas, de forma a eliminar barreiras e potencializar as interações escolares.

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da formação de professores no desenvolvimento social de crianças com TEA, investigando como a capacitação docente e a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas contribuem para ampliar as oportunidades de interação e participação desses estudantes no ambiente escolar. Parte-se da hipótese de que uma formação docente consistente, aliada ao uso de estratégias metodológicas adequadas e ao apoio multidisciplinar, favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e promove uma inclusão escolar mais efetiva. Justifica-se a escolha do tema pela relevância social e educacional da inclusão, respaldada por políticas públicas como a Lei nº 12.764/2012, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que asseguram direitos e estabelecem diretrizes para o atendimento de estudantes com deficiência e transtornos do desenvolvimento.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, reunindo contribuições teóricas e normativas que abordam o TEA, a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas. Ao longo do trabalho, inicialmente apresenta-se o conceito de TEA e seus impactos no desenvolvimento social das crianças, com base em autores como Bosa (2002) e Klin (2006). Em seguida, discute-se a formação de professores para a inclusão, destacando legislações, políticas públicas e desafios práticos. Posteriormente, analisam-se práticas pedagógicas inclusivas e recursos, como tecnologias assistivas, que contribuem para a mediação social e a participação dos alunos com TEA, seguindo-se a abordagem sobre a importância do apoio multidisciplinar e da parceria entre escola e família, conforme apontam Silva, Gaiato e Reveles (2012) e Schwartzman (2011). Por fim, a conclusão retoma as reflexões e confirma, a partir da literatura consultada, a necessidade de investimentos contínuos na formação docente como caminho para efetivar a inclusão escolar e promover o desenvolvimento social pleno de crianças com TEA.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de

comportamentos, interesses ou atividades, manifestando-se desde o início do desenvolvimento e causando prejuízos significativos no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional do indivíduo (APA, 2014). De acordo com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Fifth Edition* (DSM-5), o TEA é considerado um espectro justamente pela ampla variabilidade de manifestações, que podem variar desde quadros leves, com relativa autonomia, até casos com severo comprometimento funcional.

No que se refere ao desenvolvimento social, estudos apontam que indivíduos com TEA apresentam dificuldades na compreensão e no uso de sinais sociais, como expressões faciais, contato visual, gestos e entonação de voz, o que impacta diretamente na construção de vínculos e na reciprocidade socioemocional (Klin, 2006). Essas dificuldades não decorrem de falta de interesse pelas pessoas, mas sim de diferenças na forma de perceber, processar e responder aos estímulos sociais. Bosa (2002) ressalta que tais desafios comprometem, por exemplo, a capacidade de compartilhar interesses e emoções, engajar-se em brincadeiras simbólicas ou compreender convenções sociais implícitas.

Apesar dessas barreiras, existem também potencialidades na interação social de pessoas com TEA, especialmente quando se consideram suas habilidades singulares, interesses específicos e formas alternativas de comunicação. O desenvolvimento de estratégias de mediação, como o uso de recursos visuais, atividades estruturadas e apoio à comunicação alternativa e aumentativa, pode favorecer a participação social e a autonomia. Por outro lado, barreiras como o preconceito, a falta de acessibilidade comunicacional e a escassez de práticas pedagógicas inclusivas continuam limitando as oportunidades de interação plena. Assim, compreender o TEA sob uma perspectiva biopsicossocial, reconhecendo tanto as dificuldades quanto as potencialidades, é essencial para promover uma inclusão efetiva e respeitosa.

Formação de Professores para Inclusão

A formação de professores para a inclusão é um elemento central para a efetivação de práticas educacionais que assegurem o direito à aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A formação inicial, oferecida nos cursos de licenciatura, deve contemplar conhecimentos teóricos e práticos que permitam ao futuro docente compreender os

princípios da educação inclusiva, identificar as necessidades educacionais específicas dos alunos e adotar estratégias pedagógicas diferenciadas. Já a formação continuada, por meio de cursos, oficinas, especializações e capacitações, é fundamental para atualizar saberes, ampliar competências e promover a reflexão crítica sobre a própria prática, possibilitando ajustes metodológicos frente aos desafios encontrados no cotidiano escolar (Glat; Pletsch, 2011).

No Brasil, a legislação e as políticas públicas reforçam o papel da formação docente como instrumento para a inclusão. A Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegura o acesso à educação e a necessidade de formação de profissionais para o atendimento adequado a esse público. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem garantir professores com especialização adequada ou capacitados para atender estudantes com necessidades educacionais específicas. O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) define metas para universalizar o acesso à educação inclusiva e para garantir formação continuada aos docentes nessa área. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, orienta que a formação de professores contemple conhecimentos sobre acessibilidade, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, visando a eliminar barreiras que impeçam a participação plena dos estudantes.

Entretanto, a implementação de uma prática inclusiva efetiva ainda enfrenta desafios. Mantoan (2015) destaca que muitos professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, seja pela ausência de disciplinas específicas na formação inicial, seja pela carência de oportunidades formativas contínuas que abordem casos concretos e estratégias eficazes. Glat e Pletsch (2011) ressaltam que, além da formação, é preciso garantir condições institucionais e estruturais adequadas, como número reduzido de alunos por turma, materiais adaptados e apoio de equipes multiprofissionais. Assim, investir em formação inicial e continuada de qualidade, articulada com políticas públicas consistentes e suporte pedagógico, é essencial para transformar a inclusão escolar em realidade, e não apenas em diretriz normativa.

Práticas Pedagógicas Inclusivas para o Desenvolvimento Social de Crianças com TEA

As práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao desenvolvimento social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) devem articular estratégias de mediação social, adaptações curriculares e metodológicas, bem como o uso de tecnologias assistivas, de forma a favorecer a participação ativa e o engajamento nas interações escolares. A mediação social, nesse contexto, envolve ações planejadas pelo professor para estimular a comunicação, a colaboração e a construção de vínculos entre os estudantes, utilizando recursos como atividades em pares ou pequenos grupos, jogos cooperativos e o ensino explícito de habilidades sociais, de modo a proporcionar oportunidades de aprendizagem mediada e interações significativas (Klin, 2006; Bosa, 2002). A presença de um ambiente estruturado, com rotinas claras e previsíveis, também contribui para reduzir a ansiedade e favorecer a compreensão das expectativas sociais.

As adaptações curriculares e metodológicas desempenham papel essencial na promoção da inclusão, permitindo que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados considerando o perfil e as necessidades individuais do estudante com TEA. Essas adaptações podem envolver desde ajustes na linguagem utilizada pelo professor e simplificação das instruções, até a flexibilização dos métodos de avaliação, incorporando instrumentos que valorizem as habilidades e progressos individuais. Conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), tais ajustes devem garantir o acesso ao currículo comum, preservando sua relevância e promovendo a participação em todas as atividades escolares.

O uso de tecnologias assistivas e recursos complementares amplia as possibilidades de comunicação e interação social de crianças com TEA. Dispositivos como pranchas de comunicação alternativa, softwares educativos interativos, aplicativos com suporte visual e sistemas de voz sintetizada permitem que barreiras na linguagem oral sejam minimizadas, facilitando a expressão de ideias e sentimentos (Sartoretto; Bersch, 2018). Recursos visuais, como agendas ilustradas, pictogramas e roteiros de atividades, favorecem a compreensão das tarefas e o planejamento das ações, enquanto ferramentas digitais interativas podem estimular a atenção conjunta e o compartilhamento de experiências. Assim, ao integrar mediação social, adaptações pedagógicas e tecnologias assistivas,

a escola cria condições para que crianças com TEA desenvolvam não apenas competências acadêmicas, mas também habilidades socioemocionais essenciais para sua inclusão plena na comunidade escolar e na vida social.

Apoio Multidisciplinar e Parceria Escola-Família

O apoio multidisciplinar é um componente fundamental para o atendimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento social e acadêmico. A atuação integrada de diferentes profissionais permite um olhar mais amplo sobre as necessidades e potencialidades do estudante, possibilitando intervenções complementares e coerentes. O psicopedagogo, por exemplo, contribui para a identificação de dificuldades de aprendizagem e para a elaboração de estratégias pedagógicas personalizadas, alinhadas ao currículo escolar. O fonoaudiólogo desempenha papel central no desenvolvimento da comunicação oral e não oral, apoiando também a compreensão de linguagem e a pragmática comunicativa. Já o terapeuta ocupacional atua no aprimoramento de habilidades motoras finas e grossas, na autorregulação e na adaptação do ambiente escolar para favorecer a participação ativa do estudante (Silva; Gaiato; Reveles, 2012). O psicólogo escolar, por sua vez, oferece suporte socioemocional, ajudando na mediação de conflitos e no fortalecimento da autoestima, enquanto o intérprete de Libras é essencial para garantir o acesso à comunicação e à informação de estudantes surdos com TEA, promovendo a inclusão linguística e cultural (Brasil, 2005).

A parceria entre escola e família é igualmente decisiva para o sucesso do processo educacional inclusivo. O envolvimento familiar não se restringe ao acompanhamento das tarefas escolares, mas inclui a participação em reuniões pedagógicas, a troca de informações sobre o desenvolvimento da criança e a colaboração no estabelecimento de metas comuns entre os contextos escolar e doméstico. Estudos indicam que quando família e escola mantêm comunicação aberta e contínua, há maior consistência nas estratégias utilizadas, o que potencializa o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas (Schwartzman, 2011). Além disso, o suporte emocional e a orientação oferecidos à família fortalecem sua capacidade de lidar com os desafios cotidianos, promovendo um ambiente mais estável e favorável ao progresso da criança. Dessa forma, a articulação entre equipe multidisciplinar e família configura-se como um eixo estruturante da inclusão escolar,

favorecendo o desenvolvimento integral e a participação social da criança com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura consultada e das diretrizes legais evidenciou que a formação docente exerce influência direta sobre a qualidade da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica reforçam que professores com formação específica, tanto inicial quanto continuada, apresentam maior capacidade de adaptar práticas pedagógicas e desenvolver estratégias que favoreçam o engajamento social e acadêmico desses alunos. Glat e Pletsch (2011) destacam que a formação docente deve contemplar, além de fundamentos teóricos sobre inclusão, a aplicação prática de metodologias ativas e recursos acessíveis, o que contribui para reduzir barreiras no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados apontam que práticas pedagógicas inclusivas, como a mediação social estruturada e o uso de tecnologias assistivas, desempenham papel fundamental no estímulo à participação e à autonomia de crianças com TEA. Segundo Sartoretto e Bersch (2018), recursos como pranchas de comunicação alternativa, pictogramas, softwares educativos e agendas visuais auxiliam na superação de barreiras comunicacionais e favorecem a interação entre colegas, aspecto também ressaltado por Klin (2006) e Bosa (2002) como essencial para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Observa-se que a presença de ambientes escolares organizados, previsíveis e adaptados às necessidades sensoriais dos estudantes contribui para a redução da ansiedade e o aumento da confiança, criando condições mais favoráveis para a aprendizagem e a socialização.

Outro achado relevante refere-se à necessidade de apoio multidisciplinar. Conforme apontam Silva, Gaiato e Reveles (2012), a colaboração entre psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e intérpretes de Libras amplia a eficácia das intervenções e garante uma abordagem mais abrangente, que considera as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. Esse trabalho conjunto, associado a um diálogo constante entre escola e família, como defendido por Schwartzman (2011), assegura maior consistência nas estratégias adotadas dentro e fora do contexto escolar, fortalecendo o desenvolvimento integral da criança.

Apesar dos avanços identificados, a revisão também revelou que persistem desafios

significativos na efetivação da inclusão, como a insuficiência de recursos materiais, a alta relação aluno-professor e a falta de oportunidades de formação continuada que contemplem casos reais e práticas efetivas (Mantoan, 2015). Tais limitações impactam diretamente a capacidade das escolas de oferecer respostas pedagógicas adequadas às necessidades individuais dos estudantes com TEA.

Dessa forma, os resultados e a discussão convergem para a compreensão de que a promoção do desenvolvimento social de crianças com TEA requer um conjunto articulado de fatores: formação docente sólida e contínua, aplicação de práticas pedagógicas inclusivas, uso de recursos e tecnologias assistivas, estrutura física e organizacional adequadas, trabalho interdisciplinar e parceria estreita com as famílias. Quando esses elementos estão presentes e integrados, é possível alcançar uma inclusão escolar mais efetiva, que não apenas assegure o acesso, mas também promova a participação plena e o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, conclui-se que a formação de professores é um fator determinante para o desenvolvimento social e acadêmico de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assumindo papel central na consolidação de uma educação inclusiva efetiva e de qualidade. Este trabalho evidenciou que, para que a inclusão seja mais que um princípio legal, é necessário investir na capacitação docente desde a formação inicial, integrando conteúdos sobre neurodesenvolvimento, práticas pedagógicas inclusivas, tecnologias assistivas e estratégias de mediação social. Ao mesmo tempo, a formação continuada se mostra imprescindível para a atualização de saberes, a reflexão crítica sobre a prática e o aprimoramento constante das metodologias utilizadas, permitindo que o professor responda de forma flexível e eficiente às demandas de cada estudante.

Foi possível verificar que o domínio de estratégias pedagógicas diferenciadas, a adoção de adaptações curriculares e metodológicas e a utilização de recursos e tecnologias assistivas contribuem de forma significativa para a ampliação das oportunidades de interação, autonomia e participação ativa de crianças com TEA. Além disso, a criação de ambientes escolares acolhedores, estruturados e previsíveis se mostrou essencial para a redução da ansiedade, o fortalecimento da segurança emocional e o estímulo ao engajamento nas

atividades propostas. Nesse processo, a mediação social planejada pelo professor, por meio de jogos cooperativos, atividades em grupo e o ensino explícito de habilidades sociais, revelou-se um recurso potente para promover vínculos, a cooperação e a construção de competências socioemocionais fundamentais para a vida em sociedade.

Outro aspecto central identificado foi a importância do trabalho integrado com equipes multidisciplinares, que incluem psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e intérpretes de Libras, quando necessário. A atuação conjunta desses profissionais com os docentes amplia a compreensão das necessidades e potencialidades dos alunos, favorecendo intervenções personalizadas e mais eficazes. Paralelamente, a parceria entre escola e família se mostrou decisiva, pois a troca de informações, o alinhamento de expectativas e o apoio mútuo garantem maior coerência nas estratégias aplicadas nos diferentes contextos vividos pela criança, potencializando o alcance dos objetivos educacionais e sociais.

Os resultados obtidos reafirmam que a efetivação da inclusão escolar para estudantes com TEA não depende apenas do comprometimento individual do professor, mas também de políticas públicas consistentes, infraestrutura escolar adequada, recursos didáticos acessíveis e apoio pedagógico contínuo. A ausência desses elementos compromete o desenvolvimento social e acadêmico, perpetuando barreiras que dificultam a plena participação desses sujeitos na vida escolar e comunitária.

Portanto, é fundamental compreender que a inclusão de crianças com TEA é um processo contínuo e coletivo, que exige articulação entre formação docente de qualidade, práticas pedagógicas efetivas, suporte institucional e participação ativa da família e da comunidade. Investir de forma integrada nesses elementos significa não apenas cumprir um dever legal e ético, mas também construir uma escola que reconheça, valorize e celebre a diversidade, garantindo que cada estudante tenha oportunidades reais de aprender, interagir e se desenvolver plenamente, consolidando assim uma educação verdadeiramente inclusiva e promotora de cidadania.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5. ed. Washington, DC: APA, 2014.

BOSA, C. A. As interações iniciais entre mães e seus bebês com autismo: um estudo exploratório. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 241-250, 2002.

BOSA, C. A. **As interações iniciais entre mães e seus bebês com autismo: um estudo exploratório.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 241-250, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S3-S11, 2006.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. *O papel da formação docente para a educação inclusiva.* Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R.

Tecnologia assistiva e educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2018.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo infantil.** 3. ed. São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, A. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. *Mundo singular: entenda o autismo.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.